

GADIEL PERRUCCI

Realidade e Protestantismo no Brasil

— *A Gastão de Holanda* .

É BEM CONHECIDO o conselho de Ortega y Gasset, quando dizia que, de todas as obras de caridade, a mais adequada ao nosso século seria a não publicação de livros supérfluos. Ensaios supérfluos, também, acrescentaríamos. Teorizar e discutir sobre o óbvio. Para que as palavras não se tornem pedras de tropêço, nem as muitas letras, como foi dito de São Paulo, nos confundam e, o que é mais importante, não confundam o próximo.

Não sei, entretanto, de oportunidade mais legítima do que a atual para que se deixem os jovens pensar, e que dêse refletir se origine a ação que possa revitalizar a cultura brasileira contemporânea e sugerir novas perspectivas para o desenvolvimento nacional, válidas dentro de nosso tempo e abertas às naturais transformações da sociedade, características deste século. Vale dizer que a juventude é sempre renovadora, revolucionária, no sentido em que pressente melhor as necessidades e a evolução da sociedade em que vive. Melhor ainda, a juventude vive a revolução, determinando-a de acôrdo com a sua formação ideológica.

Dos jovens, portanto, é que vem o despudor do processo revolucionário;

porque, precisamente, é a juventude a parcela do povo ainda não contaminada e viciada pelo retrógrado, pela senilidade social. Mas, do espírito jo vem, também se espera o exercício da verdade e da lealdade em seu depoimento. E de uma fase de reflexão ingênua, e por isso mesmo prepotente e vaidosa, êle adquira uma consciência clara da realidade, por isso mesmo combatente e corajosa, que se concretize numa visão humilde mas confiante no destino do homem e da sociedade. Do homem, enquanto existe objetivamente, vale dizer, do homem terreno, obrigado a satisfazer necessidades biológicas e culturais, quaisquer que sejam suas crenças extraterrenas. Do homem brasileiro, dentro de uma realidade brasileira injusta, desumana e humilhante que, apesar disso, ainda nos é pregada e imposta por muitos que teriam a missão da denúncia.

Não se pode conhecer o Brasil de hoje sem que se faça um mínimo de reflexão histórico-cultural sobre o seu passado, dentro de um contexto ocidental. Impossível conhecer bem o Brasil, sem se olhar para as transformações político-econômico-sociais que ocorreram nos últimos cem anos de his-

tória mundial. Quer dizer, não há conhecimento útil de nossa realidade sem se analisar pelo menos dois fatos externos à nação, ou seja, a americanização, hoje, em declínio, que tomou conta do Ocidente e o fenômeno socialista que se avoluma no mundo oriental e progride, inclusive, em áreas ocidentais. Êsses fatos externos tornaram-se, por catarse, fonte de nossas mais cotidianas discussões, influenciando, agora, decisivamente, em quase tôdas as nossas atitudes públicas ou privadas. Clima social nôvo que lança o Brasil como participante da vida mundial e que o torna consciente como nação e povo e que não surgiu, contudo, apenas, pela imposição externa da própria temática internacional. Também por causas internas que vêm amadurecendo desde os tempos coloniais, anunciadas angustiosamente por um ou por outro brasileiro, mas que sòmente depois da revolução de 1930 têm aflorado como problema nacional, isto é, estão sendo assimiladas pelo povo que as impõe e as discute.

Assim, o desenvolvimento econômico-social, como problema brasileiro, não pode fugir a uma polarização ideológica que se realiza em plano internacional. Quer exista a vocação nacional para a conciliação ou o meio-térmo, quer isto não passe de uma ilusão, a verdade é que a solução ou o suicídio dependerá da adesão a uma das posições ideológicas do desenvolvimento, a socialista ou a capitalista.

As transformações sociais são feitas, no entanto, mais de acôrdo com as características íntimas da alma nacional, vale dizer, com a vocação popular, do que mesmo com a imposição de um

sistema econômico-social de cima para baixo. Quando promovidas pelo povo elas são lentas mas irreversíveis. Assim, é necessário consultar o povo, para se ter um diagnóstico seguro da transformação que se acredita estar vivendo. Mas, falar em vocações populares, talvez, seja ainda, se o exame fôr rápido e superficial, falar vaga e abstratamente, visto que, hoje, existe a insidiosa e sutil capacidade de se criar, artificialmente, características e vocações populares. Basta uma simples consulta aos órgãos de imprensa, através dos quais as chamadas vocações populares brasileiras são construídas e manipuladas por um pequeno grupo em sua maior parte constituído pela "imprensa livre" e pelos que se dizem líderes do povo no parlamento.

Dessa forma, é de suma importância que se examine, metòdicamente, que eventos determinaram o tipo de sociedade ou realidade em que vivemos e qual o tipo de vida que experimenta o nosso povo. Sòmente depois dêsse exame, será possível discutir que soluções serão válidas, se elas estão de acôrdo com o mundo moderno, qual a nossa posição diante delas, quais as suas consequências e quais as nossas possibilidades de, aceitando-as, sobrevivermos. Ôbviamente, é importante se saber como sobreviver à coisa criada, para não cairmos no equívoco de construir um futuro que nos esmague, sem, no entanto, amarrarmo-nos ao primarismo de querer condicionar uma transformação segundo as nossas características e preconceitos individuais. Alguns falsos revolucionários, por exemplo, têm criado situações dolorosamente suicidas, em que o fato nôvo é tão

gigantesco perante a sua própria imaturidade que, alienando-se à renovação, alienaram-se, também, à própria vida. Isso é possível quando o revolucionário não está preparado para aceitar o próprio fato que persegue; quando apenas pressente ou vislumbra a transformação. Não a vive, não se transforma, êle próprio, parte da revolução. Ou mesmo, quando tenta realizar uma revolução parcial, falsa, sem comover as bases reais do problema. O que aconteceu, provavelmente, nas revoluções anteriores ao século XX, como a francesa, em que o povo ajudou a burguesia na tomada do poder, mas, êle mesmo, não era revolucionário, pois o seu entendimento não subira acima do estômago. Ao contrário do que pregam os demagogos, não é apenas a fome e a miséria que determinam uma transformação radical da sociedade, mas a íntima compreensão do povo em se colocar num estado de produtividade não alienada, isto é, de desejar a coparticipação de todos os aspectos da vida material e espiritual da nação. E essa explosão da consciência popular é, cotidianamente, anestesiada e retardada pela tentativa da classe dominante e de seus ideólogos em escamotear e falsear a realidade ao acreditar e pregar que a causa principal e única da inquietação do povo brasileiro, ou, como chamam, da "agitação comunista" é a fome e a miséria. O povo não precisa do poder, dizem êles, visto que o poder já é exercido pelo próprio povo, através de seus representantes eleitos.

Pretende-se, pois, aqui, caracterizar uma sociedade — a brasileira — em explosão. Que amadurece rapidamente, porquanto em estado de acelerada cons-

cientização. Uma realidade que se torna, ela mesma, problema, por isso mesmo revolucionária. Realidade ou revolução brasileira, portanto.

O povo brasileiro formou-se, pouco a pouco, de uma mistura de raças que aprenderam a conviver e a pensar conjuntamente. A consciência de unidade, no entanto, apareceu lentamente. Com a expulsão dos holandeses. Com o progresso da colônia e o concomitante espírito de rapina da metrópole, fazendo com que os interesses daquela fôsem inteiramente contrários aos da colônia. Influências externas, aliadas ao importantíssimo fenômeno interno da miscigenação que, fazendo de três raças oriundas de três continentes e com três culturas diversas, apenas uma, concedeu ao Brasil êsse importante fator integrativo que é a homogeneidade étnica de sua população. E o cruzamento racial foi e continua sendo contribuição do próprio povo. Dêle, pode-se dizer, pois, que é parte ibérico, parte africano e parte ameríndio, não formando, contudo, uma soma ou um produto racial, mas, sim, um organismo invés de um maquinismo bem montado. Povo, de resto, magnificamente formado e apto para, maduramente, assimilar o progresso moderno, em área tropical.

Mas, é êste povo brasileiro, de excelente formação étnica, constituindo uma democracia ou quase democracia racial, que vive uma realidade confusa e tremendamente contraditória, particularmente provocada pelas estruturas econômico-sociais colonialistas que o dominam interna e externamente e que, de fora ou de dentro, lhe estrangulam a alma.

Internamente, vem de longa data o

grande desequilíbrio regional na distribuição das riquezas e na produção dos bens, quer dizer, no desenvolvimento econômico-social. O Centro-Sul brasileiro, passada a fase de relativa prosperidade nordestina, agigantou-se no plano industrial, absorvendo as matérias primas do Nordeste e Norte e remetendo-lhes os seus produtos industrializados. Além dêsse gigantismo industrial sulista que suga de nossa região riquezas naturais e grande parte de sua mão-de-obra ociosa, há que destacar o desequilíbrio perigoso entre a produção industrial e a rural, fenômeno distorsivo, aliás, típico de países subdesenvolvidos cuja única saída, dentro de um sistema de economia capitalista, tem sido o apêlo para uma acelerada industrialização dos grandes centros urbanos. Assim, têm sido chamados para o sul do Brasil, especialmente São Paulo, não só quase todos os incentivos oficiais à implantação de indústrias, mas também, de longa data, braços da população rural e o maior contingente imigratório, constituído de pessoas vindas de países de melhor grau de cultura técnica, quer agrícola, quer industrial. Dentro de um mesmo país, os problemas do desenvolvimento são agravados pela existência de áreas super-industrializadas que funcionam como foco orbital às regiões pobres e arrasadas, semi-industrializadas ou não industrializadas, aumentando cada vez mais a procura de produtos agrícolas, sem que a zona rural da nação, dominada pelo latifúndio e pela exploração semi-feudal da terra, possa aumentar a oferta de alimentos. Problema de inter-equilíbrio regional que vem sendo discutido e defendido desde o século passado, como bem demons-

tra o pensamento de um Tavares Bastos, ou de sociólogos modernos como um Gilberto Freyre. Desequilíbrio industrial e agrícola que somente agora toma novas forças dentro das agudas crises por que tem passado o Brasil.

A industrialização do sul, contudo, não pode ser considerada como obra inteiramente nacional. A realidade é bem outra. Antes, foi o estabelecimento de inúmeras empresas estrangeiras que lançaram o seu capital excedente a procura de investimentos lucrativos que fizessem seus mercados aumentar e, através dêles, seus polpudos lucros, que construiu a aparente riqueza urbana do sul brasileiro. À medida que a população urbana se acostumava a consumir os novos produtos, motivada por uma propaganda bestificante, os industriais estrangeiros, utilizando mão-de-obra baratíssima, canalizavam para seus países lucros estrondosos, que chegaram, em muitos casos, a mais de mil por cento. Hoje, o capital estrangeiro, especialmente o americano, domina cerca de 80% de nossa economia, incluindo desde a indústria de base, aparelhos domésticos, energia, vestuário, alimentos, remédios até verdadeiras bugangas como o chicletes e a coca-cola. Em suma, a situação é, para a economia brasileira, catastrófica. Ao mesmo tempo em que a indústria estrangeira se beneficia com a facilidade cambial concedida pelo govêrno, encontrando mão-de-obra e matéria prima quase de graça, provoca, pelo menos, duas graves consequências. Impede, em primeiro lugar, que a indústria nacional se desenvolva, desde que a concorrência é desigual, não havendo nem mesmo a proibição para a entrada de indústrias

similares às nossas, ou para indústrias básicas que devessem permanecer em mãos de brasileiros, como bem demonstra, aliás, a Instrução 113, da Sumoc, baixada no governo do Sr. Café Filho, em 1955, quando “se reconhecia às empresas estrangeiras, interessadas em operar no Brasil, a concessão de favores cambiais para transferir de seus países de origem maquinarias industriais depreciadas, como se fôsem novas, embora já funcionando aqui indústrias similares nacionais” (1). Assim, pouco a pouco, nossas fábricas foram reduzidas a simples satélites do capital alienígena, salvo poucas exceções. Em consequência, reduziram-se as possibilidades dos investimentos nacionais, que se dirigiam mais para a especulação bancária e imobiliária, concorrendo, também e ainda, com o capital estrangeiro. Por outro lado, o capital estrangeiro, praticamente dominando todos os setores vitais da nação, realiza verdadeira fuga de riquezas, através dos dividendos e lucros conseguidos e enviados para fora do país, impedindo o desenvolvimento e alienando a nossa economia.

É, pois, num duplo aspecto que temos de considerar o sistema econômico brasileiro. De um lado, o próprio capital nacional, mal distribuído regionalmente e concentrado nas mãos de uns poucos. De outro lado, o absorvente capital estrangeiro que, utilizando o esforço do trabalho brasileiro, carrega para fora os seus resultados. Ambos, no entanto, capital estrangeiro e nacional, apresentam internamente a mesma estrutura; apenas, seus destinos e origens são diversos, como também suas oportunidades. Estrutura interna que

se baseia na produção para o lucro e não para o consumo, e na exploração do homem pelo homem.

A origem histórica da alienação de nossa economia remonta pelo menos à Independência. Para que o “grito do Ypiranga” fôsse reconhecido pelos europeus, fomos forçados, em 1827, a renovar as tarifas protecionistas concedidas à Inglaterra por João VI, em . . . 1810. A tarifa de 15%, logo exigida por outras nações, a concessão da conservatória inglêsa, permitindo jurisdição extraterritorial à Grã-Bretanha no Brasil e o pagamento de soma fabulosa em dinheiro a Portugal transformaram o jovem Império brasileiro num feudo inglê. Esse, o pecado original de nossa economia que, desde então, vive em constante estado de crise (2). Os empréstimos aos inglêses tiveram apenas uma pausa na 1.^a República. Logo após, recomeçaram, quando outro poder surgia afastando o decadente leão inglê. Com efeito, já em 1912, os Estados Unidos participavam em 8,5% do comércio sul-americano para 7,9% da Inglaterra, enquanto que em 1928 a diferença era de 11,4% para 4,9%. Em 1921, toma o Brasil seu primeiro empréstimo à América do Norte. Empréstimos para resgatar empréstimos que aliviavam temporariamente as finanças pátrias, mas que, pouco a pouco, deixavam penetrar no país os grupos monopolistas internacionais, sem possibilidade de reação. (3)

Além dos empréstimos, os inglêses, na sua fase de maior expansão colonial, e quando já decadentes, instalaram no Brasil diversas empresas estratégicas como a S. Paulo Railway, a Leopoldi-

a Great Western, que, ao terminar o prazo de concessão, nada mais eram do que restos de ferro velho, com locomotivas dignas de museus. Era o genial plano colonialista; assegurar para si a exploração das atividades básicas do país, como energia e transporte, para poder subjugar-lo mais facilmente.

Os americanos, especialmente a partir de 1930, partem para o rush final de monopólio da economia brasileira, derrotando definitivamente os ingleses e a revolução de 30 vai encontrar consolidada a influência ianque. Mas, em 1930, importávamos dos Estados Unidos, por preços altíssimos, produtos de grande utilidade como combustível e caminhões, enquanto que exportávamos a preços aviltados matéria prima, particularmente o café. Somente a partir de 1945, é que começam a aparecer no Brasil os produtos símbolos do conforto e da civilização moderna, ou seja, matéria plástica, coca-cola, chicletes. E para tudo, o nosso "general" café bastava. Mas o café entra em super-produção; em consequência, manifesta-se o colapso.

E, justamente, em 1930, após a terrível quebra da bolsa de Nova York, a economia brasileira do café esboroa-se quase que definitivamente. A produção arcaica e não planejada, acarretando a super-produção e a oscilação dos preços; a política de valorização que enriqueceu os intermediários e empobreceu os fazendeiros; o fechamento dos mercados internacionais devido à crise mundial de 1929/30, fazem o café e a economia nacional atingir o estado de mendicância, com a queda dos

negócios, a estagnação do comércio e a paralização das fábricas.

O incipiente capitalismo nacional não foi acompanhado de uma renovação da estrutura agrária. O campo continuava mantendo suas relações feudais ou pré-capitalistas de antigamente, não atendendo à procura crescente dos grandes centros urbanos. Por outro lado, a indústria urbana destinava-se a abastecer, com pouca diversificação de produtos, um restrito mercado interno concentrado nas cidades. Enfrentávamos, ainda, um capitalismo internacional adulto e agressivo e, portanto, em estado crítico de super-produção. Assim, são causas da revolução de 1930, simultaneamente, uma contradição interna entre a economia urbana e a rural, acrescida da crise do café, e ainda a grande crise cíclica mundial.

Em 1930, com o café, aniquilou-se, também, o poder político de seus patronos. Surge no poder nova classe, a dos banqueiros, justamente enriquecidos no financiamento e na exportação do café, jogando na especulação, emprestando dinheiro e financiando a produção — comprando a baixo preço e vendendo a alto preço a rubiácea. E, para provar que — como diria o lusitano — quem não tem competência, não se estabelece, tomaram o poder da aristocracia do café. Mas, é também, a partir de 1930, que surge o povo querendo emergir do completo anonimato em que permanecera. Contudo, é apenas uma fagulha de conscientização, devido, em grande parte, à migração rural e conseqüente abarrotamento dos grandes centros, ao custo de vida que se fazia insuportável, à inflação que começava e, principalmente, à forma-

ção de um pequeno operariado urbano.

Mas, a história do capital estrangeiro continua. Com o fim da grande guerra, apenas um país saíra ileso: os Estados Unidos. A Europa estava arrasada, a Rússia semidestruída, com dez milhões de cadáveres. Os povos asiáticos e africanos, tradicionalmente colonizados, começavam a tentar a independência. Restavam a América Latina e seus caudilhos. Mas, começava aqui também, a aparecer uma classe industrial, surgida e enriquecida na guerra, apoiada no financiamento do governo e dos banqueiros que, lançando mão da abundante mão-de-obra barata, procurava produzir bens de consumo, antes importados. Pressurosamente, os americanos lançaram-se a investir capital no Brasil, agora financiando indústrias, valia dizer, ajudando o Brasil dentro do Brasil, e não fora dêle. Essa ajuda tinha, pelo menos, dois motivos principais: frustrar o desenvolvimento industrial nacional, através do monopólio da fabricação das mercadorias, que os brasileiros poderiam produzir com seus próprios esforços, como de fato o fazem, com a meridiana diferença de que os lucros vão todos para os trustes americanos; e, segundo, açambarcar as fontes de energia do país, especialmente a eletricidade, o petróleo e os minérios que Getúlio Vargas anunciava explorar.

O primeiro intento foi plenamente conseguido e é inútil dizer que a nossa indústria jamais foi nossa. Para uma prova simples, enumerem-se as emprêsas estrangeiras, no Brasil, especialmente as americanas, não sômente com nomes não brasileiros, mas também as com nomes em tupi-guarani.

O segundo ponto apenas foi conseguido em parte. A energia elétrica continua na posse de estrangeiros, como a exploração de minérios; 72% do consumo nacional de eletricidade são controlados de fora — sômente a *Bond and Share* possui 36 empresas. Mas, salvou-se o petróleo — e como salvou-se! Com o suicídio de Getúlio Vargas, com a instrução 113, com bases de teleguiados no Nordeste, com missões protestantes no Amazonas, procurando minérios e lendo S. Mateus aos índios, com esquadras passeando pelo Atlântico Sul, em ocasiões que, por estranha coincidência, votavam-se leis contra os monopólios estrangeiros. Também salvou-se a Petrobrás, a despeito de técnicos norte-americanos, como o Sr. Walter Link, vice-presidente da Standard Oil, pesquisarem nossos solos e declararem que aqui não havia petróleo e, portanto, o govêrno brasileiro não precisava se preocupar com êle. Salvamos o petróleo, apesar do grande pecado de não podermos distribuí-lo. Salvou-se a Petrobrás, principalmente, porque o povo gritou. Analfabeto, pobre, faminto, explorado, mas consciente, tornando-se cada vez mais nação.

Do capital estrangeiro, portanto, apenas, mais uma frase — sôbre o seu mecanismo. O principal investimento industrial estrangeiro é representado, geralmente, por três coisas: a patente do invento, o "know-how" (o segredo de como fazer, isto é, o método de fabricação) e a maquinaria, que não precisa ser nova, porque o govêrno concede facilidades cambiais para entrada no país, como se novas fôssem. A fábrica, por si só, representa a contribuição estrangeira, constituindo a maioria

das ações. Aqui, ou o Banco Nacional do Desenvolvimento, ou o Banco do Brasil, ou capitais nacionais, financiam o resto. Isto é, põem a funcionar a fábrica. A mão-de-obra e a matéria prima são baratas e abundantes. Inúmeras isenções de impostos são concedidas. O produto sai da fábrica a um preço determinado, e o brasileiro pode, então, consumir o que não tinha. Mas pagou pelo produto: em primeiro lugar o *royalty*, isto é, o aluguel da patente da fábrica, justamente porque o Brasil assinou um acôrdo internacional sôbre patentes sem possuir nenhuma que pudesse render aluguéis; segundo, pagou o *know-how*, que apesar de ser realizado no Brasil deve ser pago ao dono da patente; terceiro, pagou a assistência técnica estrangeira em detrimento da técnica nacional e quarto, pagou os dividendos e os lucros que, convertidos em dólares, são remetidos para o exterior. Os lucros vão a mais de 1.000%, e êsse mecanismo pode ser mais complexo e oneroso quando se realizam os famosos "aumento de capital" e as operações de subfaturamento e superfaturamento. Em suma, o capital estrangeiro não paga taxas cambiais, vende coisas velhas por novas, utiliza matéria-prima, esforço de mão-de-obra e técnicos nacionais, vende um produto ao brasileiro que êle próprio poderia produzir e que, às vezes, lhe é inútil, mas a propaganda lho impõe e, ainda mais estrangula a economia indígena, concorrendo estúpida e absorvendo nossas reservas de dólares, além do absurdo lucro auferido. Acima de tudo, porém, imiscuindo-se em nossas decisões políticas, com o subôrno

de legisladores ou financiando candidatos — caso recente do IBAD — e sustentando e aviltando a opinião pública através de barulhenta campanha publicitária, a favor de seus interesses; até mesmo as agências informativas são estrangeiras, fazendo com que o brasileiro veja o mundo sempre do ponto de vista americano (4). Hoje, os capitais americanos no Brasil são superiores a um bilhão e 500 milhões de dólares, distribuídos em mais de 791 emprêsas, ños setôres automobilístico, distribuição de petróleo, máquinas e aparelhos elétricos, química, produtos farmacêuticos, de vidro, cimento e cerâmica, borracha, papel, mineração, plásticos, indústrias gráficas, bancário, investimentos, comércio, imóveis, hotéis, cinemas, publicações, publicidade, agro-pecuária e alimentos.

Mas, a contradição persiste. O brasileiro pensa que fabrica automóveis e os exporta, pensa que é uma nação industrializada, mas 60% de sua população vive no campo.

A agricultura brasileira formou-se dentro da fórmula colonial portuguesa, através do sistema de sesmarias, doadas aos primeiros povoadores. Eram imensos pedaços de terras que se estruturaram formalmente em feudos e foram sendo transmitidos por herança. A princípio, plantou-se cana. Depois, plantou-se café, mas a rubiácea não é hoje senão um "general de pijama" de nossa economia. No entanto, continua-se a plantar cana, no Nordeste e café, em São Paulo, apesar do solo nordestino, em diversas regiões açucareiras, poder produzir trigo, vinha, frutas e o que se quiser mais. As terras são as mesmas, como idênticos são os proces-

sos e os instrumentos de 300 anos atrás. O índice de tonelada/cana por hectare é, em resultado, um dos mais baixos do mundo. A monocultura extensiva utiliza todos os esforços do camponês e destina-se mais a exportação do que ao mercado interno, que consome um produto por preço alto para exportá-lo por preço baixíssimo. Os prejuízos dessa política são suportados pelo Estado e não pelo dono da produção que continua tão rico como outrora. Assim, o povo paga dois preços pelo produto, ou seja, paga o seu valor nominal no mercado e paga através do Estado a diferença do preço fixo para o real, porque o usineiro não está disposto a cobrir as despesas com a instabilidade das cotações da bolsa.

A oferta, contudo, não satisfaz a procura dos produtos agrícolas, desde que a agricultura não está em condições para atender o mercado cada vez maior dos centros urbanos. As causas do fracasso da agricultura brasileira são evidentes. Em primeiro lugar, a monocultura extensiva, anti-científica, rudimentar e não mecanizada. Segundo, o mal aproveitamento da área agriculturável do país. Terceiro, as relações de trabalho semi-feudais do campo. Quarto, a concentração da propriedade na mão de poucos, quer dizer, o latifúndio.

A sesmaria ocupa os três primeiros séculos de colonização, mas, no início do século passado prenuncia-se um certo fracionamento das grandes propriedades, devido à partilha por herança e a decadência açucareira. Com o progresso do café, ocorre nova concentração da propriedade, especialmente no centro-sul. Com a crise de 1930, nôvo

fracionamento se processa com o loteamento de fazendas arruinadas, mas, em compensação, novos latifúndios são desbravados nas terras virgens do oeste paulista e no Paraná. Assim, apesar da existência de pequenas e médias propriedades, a situação latifundiária não se alterou muito. O que é mais grave, contudo, não é o latifúndio em si mas o seu sistema de exploração. A exploração do latifúndio, altamente capitalizada, é excelente para abastecer o mercado industrial desde que, beneficiando-se do progresso técnico, multiplica sua capacidade de produção. Acontece que, no Brasil, o latifúndio caracteriza-se pela sua não exploração.

A agricultura nacional tem, por consequência, como característica principal o forte predomínio do latifúndio não explorado. A área agriculturável do país é de 2,8% do total de seu território. Com a população rural de cerca de 38 milhões de habitantes, existem apenas 2.065.000 propriedades agrícolas. Destas, 70 mil são latifúndios representando 3,39% das propriedades que, no entanto, perfazem 62,33% da área agriculturável. Goiás e Mato Grosso, por exemplo, são gigantescos latifúndios com propriedades com mais de 100 mil hectares (o que equivale a um quadrado de 1.000km. de lado), ou ainda, companhias, algumas estrangeiras, que possuem propriedades com mais de um milhão de hectares. Em Pernambuco, tôda a área rural está nas mãos de apenas 8% da população.

Por outro lado, a agricultura também se liga às empresas estrangeiras. Primeiro, pelo seu desinteresse no processo produtivo das terras, desde que quanto mais debilitada estiver a eco-

nomia agrária, melhor elas podem agir. Segundo, explorando alguns produtos que lhes interessam, como o algodão, em que a SANBRA e a Anderson Clayton, dentre 209 outras empresas, monopolizavam, já em 1954, 43,5% da produção, ou ainda, no caso do café, quando em 1954, apenas cinco firmas norte-americanas já eram responsáveis por 29,06% das exportações, controlando, portanto, o mercado com a costumeira alta e baixa dos preços. (5)

As consequências do regime latifundista são importantes para caracterizar o nosso subdesenvolvimento. Em primeiro lugar a não exploração da terra, desde que nessas grandes propriedades a média de aproveitamento não vai além de 10%. Segundo, a sujeição completa do homem ao proprietário da terra. O fazendeiro, o senhor de engenho, exercem a completa posse dos bens, dos animais e dos homens, sujeitando-os através da própria impossibilidade física e social de reação dos camponeses que são vigiados e massacrados, quando rebeldes, pelas polícias particulares do coronel. Assim, dono do homem, da sua mulher e de seus filhos. Assim, dono de seus pensamentos e de suas decisões. Até mesmo o trabalho escravo ainda persiste no Nordeste, pois, outra denominação não merece o fenômeno do cambão; ou semi-escravidão, como no caso da meação. É o autêntico regime feudal de submissão completa do servo ao senhor, quando o camponês jamais verá o resultado do seu trabalho.

Da estrutura agrária atual, que permanece estática e imutável, em linhas gerais, desde o início da colonização, sobressaem-se duas consequências gra-

ves para o Brasil. A primeira, de ordem puramente econômica, é a falta de suprimentos agrícolas que abasteçam às populações não rurais, tornando a economia desequilibrada. A segunda, de ordem social, diria melhor, humana, é a espoliação do camponês, mantendo-se metade da população debaixo de uma condição infra-humana; o camponês brasileiro é um pária, vítima da mais cruel, humilhante e vergonhosa estrutura agrária.

Agricultura e indústria nacionais, em profunda contradição interna, que mantêm o Brasil como país recordista do subdesenvolvimento. Espoliação estrangeira e rapinismo das classes dominantes do país que "caparam e recaparam, sangraram e ressangraram o povo brasileiro". Basta citar alguns números estarrecedores para se determinar o grau dessa brutal e selvagem agressão imposta a uma população com perto de 80 milhões de pessoas. No Brasil, existem 23 milhões de pessoas com ancilostomose; 18 milhões e meio com bócio endêmico; 8 milhões com esquistosomose; 1 milhão com tracoma; 1 milhão com a doença de Chagas; 600.000 com boubá; 64 mil leprosos; 43 mil loucos e mais de 100 mil tuberculosos. Além disso, há regiões no Brasil em que de 1.000 crianças nascidas vivas, morrem 800 antes do primeiro ano de vida, fazendo uma média de uma criança morta em cada 42 segundos, significando que, diariamente, morrem 2.057. Em cada dez anos o Brasil perde 6 milhões de pessoas até 16 anos de idade; doenças, em sua maioria, provocadas pela avitaminose, sendo, portanto, doenças da miséria, da subnutrição e da fome. Doenças sociais. (5)

Mas, importa, agora, analisar a estrutura interna do sistema econômico-social brasileiro, pois, não se poderá compreender, com clareza, a nossa realidade sem se investigar que lógica rege as relações produtivas, desde que é através delas que se sustenta a nossa sociedade, desde o sistema político até o educacional, moral e religioso.

Formalmente, vivemos num estado capitalista de produção, mas, coexistem estados mistos de semi-escravagismo, semifeudalismo e semicapitalismo. Todas essas formas têm, internamente, a mesma estrutura, ou seja, baseiam-se na exploração do homem pelo homem. O capitalismo tem, como principal fator formativo, a propriedade privada dos bens de produção destinados ao lucro. Pouco importa se a mercadoria produzida deva ser ou é prioritária para o consumo da população. O que importa é o lucro que se vai obter, ou seja, o que importa é a reprodução do capital. Com a propriedade privada dos bens de produção, e a terra é um deles, cada particular, de acordo com a sua imaginação e tendência individual, produzirá não importa o que seja. A primeira consequência danosa para a sociedade aparece logo aqui. Torna-se impossível planejar a produção, visto que a sociedade, representada pelo Estado, não interfere na atividade privada, que apenas procura criar o seu mercado. Assim, se um país precisa mais de tratores do que de automóveis, mas o capitalista prefere fabricar automóveis, os tratores esperarão melhor oportunidade. Além disso, ocorre a competição na produção, desde que é perfeitamente natural que diversos particulares pensem produzir coisas se-

melhantes. Surge, então, a concorrência e a luta pelos mercados, com a formação dos monopólios através dos cartéis, do "pool", do "holding" e dos trustes, tornando anárquica ou semi-anárquica a vida econômica através da lei básica capitalista do desenvolvimento desigual. Para produzir, é necessário que haja pelo menos dois elementos sociais em ação: o capital e o trabalho. Na sociedade capitalista, capital e trabalho são duas forças opostas; representam duas categorias antropológicas — o rico e o pobre, criadas pela posse dos meios de produção e a acumulação dos respectivos bens excedentes pela primeira. Além disso, o número de ricos decresce, cada vez mais, aumentando o número de pobres, com a concentração do capital.

Possuindo os meios de produção, o capitalista emprega o trabalhador por um preço determinado que não representa o valor do bem produzido. A diferença do salário pago e do valor real do trabalho — chamado de mais valia — vai parar justamente nas mãos do dono do capital. Este, por sua vez, vende o produto no mercado, obtendo o lucro. Assim, o trabalhador, isto é, aquele que realmente produz, trabalha para o outro que é o capitalista, alienando compulsoriamente o resultado do seu esforço, visto que os bens produzidos não são distribuídos equitativamente.

Dessa relação produtiva, nascem inúmeros conflitos, como, por exemplo, o fenômeno da greve, que é a recusa a trabalhar para o outro e uma reivindicação do real valor do trabalho, não pago. Quanto mais se conscientiza, mais o trabalhador percebe a sua alienação em trabalhar para o outro, recusando-

-se a fazê-lo, pois deseja trabalhar para si, quer dizer, para todos, verificando que, nessas ocasiões, o importante na produção é o trabalhador e não o capital. O capitalista, no sentido estritamente sociológico, não trabalha; apenas vigia o seu capital para que êle se reproduza ininterruptamente. (6)

Além disso, o capitalismo gera e é gerado pelo sentimento individualista em nítida contraposição ao social, pois, a sua finalidade é obter lucros individuais. Para manter essa exploração sobre o trabalhador, a classe dirigente — os capitalistas, ou seja, o poder econômico, cria uma série de mitos que são ensinados e inculcados ao povo. Desde a simples propaganda comercial, sugerindo poderosamente o consumo dos seus produtos até a sua própria ideologia de classe. Mitos como a idéia de que sempre houve ricos e pobres, fracos e poderosos, porque Deus assim os fêz; de que o povo sempre foi ignorante e que deve ser governado por uma elite; de que o respeito aos poderosos é um ato de humildade cristã; de que a propriedade privada é uma instituição divina; de que sem o incentivo do lucro, o homem perde o interesse pelo trabalho. Mas, o povo começa a perceber que o progresso técnico, o conforto da civilização e as conquistas da ciência também lhe cabem de igual modo, porque ninguém nasce rico ou pobre por sua própria vontade. Em suma, começa a pensar e, invés de objeto do trabalho, deseja ser o seu sujeito, o seu titular.

O processo de conscientização do trabalhador, entretanto, é lento e retardado pela máquina social montada pela classe dominante. E quanto mais as

massas se descobrem, maiores concessões vão obtendo, até que, para não perder a luta, a classe dominante tentar esmagar violentamente o trabalhador através do poder policial privado e estatal. Os jornais estão cheios de notícias de matanças de líderes camponeses pela polícia ou pelos latifundiários e seus capangas. Num país subdesenvolvido, em que o trabalhador não dispõe de meios para transformar a sociedade pacificamente, em seu proveito, desde que representa a maioria, assim que se conscientiza, promove a revolução armada.

Êsse é, em linhas gerais, o mecanismo interno da sociedade brasileira. A abolição da escravatura deu nascimento às classes camponesas e operárias. Com a industrialização, formou-se o operariado urbano, se bem que o campesinato ainda representa mais de 50% de nossa população. Uns e outros ficaram, por sua própria juventude de classe, imobilizados e acobertados pelo paternalismo urbano e coronelismo rural. Os protestos, no entanto, podem ser notados no cangaço e na organização sindical cidadina que começa, virtualmente, a partir de 1930, com seus movimentos reivindicatórios. O desnível entre a vida rural e a urbana, entre o camponês e o operário, especialmente o operário do sul do Brasil, provoca também uma dupla atitude do proletariado nacional. Enquanto que o camponês é, francamente, revolucionário, o operariado sulista apresenta-se mais reformista, mais acomodado. Justamente porque, como afirma Celso Furtado, as estruturas do campo são mais fechadas e rígidas, enquanto que as urbanas são mais abertas e móveis. (7).

Também, pela relativa prosperidade e acomodação econômica experimentada pelo operário sulista em comparação com o nordestino.

A oligarquia rural, no entanto, continua no poder, auxiliada pelas camadas recentes da indústria e do comércio. Os donos da terra, latifundiários em sua maioria, por sua própria formação conservadora e com seus interesses fortemente unidos, são aqueles que mais se opõem ao progresso, desde que os seus interesses particulares chocam-se frontalmente com as modificações exigidas pelo povo. Não estão dispostos a cometer o suicídio classista, pois se admitirem, por exemplo, a reforma agrária — e há mais de 200 projetos sobre o assunto bloqueados no Congresso — desapareceriam como donos da terra e, conseqüentemente, deixariam o poder.

As camadas industriais e comerciais, que se chamam a si próprias de “classes produtoras”, revelam-se, pelo seu espírito urbano e capitalista, mais sensíveis a determinadas reformas desde que não interrompam o seu ciclo reprodutor. Entretanto, comércio e indústria representam internamente interesses contrários, pois que os grupos estrangeiros estão interessados em destruir os nacionais, enquanto que estes se apresentam com sentimentos de nacionalismo econômico, para melhor dominar o mercado interno, expulsando o capital estrangeiro.

A contradição, portanto, das “classes produtoras” nacionais é evidente. Ao mesmo tempo em que se colocam contra o capital estrangeiro, aliam-se a este na exploração do trabalhador. Contradição que as levam a uma posição

vacilante perante a realidade brasileira, preferindo quase sempre uma ideologia “centrista”. Perante o trabalhador, contudo, a situação é a mesma. Apenas oscila entre vender a sua força de trabalho a grupos estrangeiros ou nacionais. Todavia, como sentem o monopólio estrangeiro mais forte que o brasileiro, aparentemente, se aliam ao último na luta contra o de fora. E como o acôrdio entre grupos internacionais e nacionais é sempre desconfiado e de má fé, o trabalhador, “simpatizando” com os interesses do industrial brasileiro, incentiva-o a expulsar o estranho, debilitando-o, por conseqüência, como classe explorada.

Além disso, a classe dominante brasileira, constantemente, tem se envolvido em conspirações contra os interesses nacionais, não somente através da pressão sobre o governo pela imprensa, conseguindo o apoio da opinião pública, como, especialmente, através das pressões econômicas. (8) Mas, o principal meio de corromper o governo, sempre foi, ela mesma, se fazer governo, pela eleição de legisladores, dócilmente manipulados, e pela conquista dos cargos executivos mais importantes.

Como classe tampão, situa-se a pequena burguesia, surgida em conseqüência da urbanização dos grandes centros. A classe média brasileira sempre tem sido vacilante, ora defendendo os interesses do proletariado, ora fazendo o jôgo da classe dominante. Não tem representado, como observa José Honório Rodrigues, o elemento básico e decisivo que equilibrou a Europa, especialmente a Inglaterra, e os Estados Unidos. Aqui, seu papel principal parece ter sido o da indignação moral.

Indignou-se mais do que influiu nos grandes momentos da nossa história, assumindo a posição de censôra dos costumes e da corrupção, sempre pronta a voltar-se contra as inovações ideológicas. (9) Absorveu, inconscientemente, por assim dizer, em seu próprio escallão, a ideologia da classe dominante, ou seja, conseguir o poder ou parcela dêle para obter privilégios.

Aliando-se a interêsses anti-nacionais, procurando, por vêzes, o apoio popular, mas bajulando, sempre e sôfregamente, a classe dominante, a classe média terminou por tornar-se, ela própria, indigna e imoral. Atualmente, caminhando para a rápida proletarianização, em face à esmagante subida do custo de vida, só resta um caminho à pequena burguesia — reconsiderar sua passividade e, aliando-se ao proletariado, recuperar o tempo perdido, partindo para a revolução.

Por outro lado, o poder político, desde o Império, tem sido ocupado por uma oligarquia baseada nos senhores rurais do latifúndio, da cultura da cana e do café, revitalizada, hoje, pelos grandes industriais e comerciantes. Poder econômico que tem esmagado e retardado o despertar do povo, sendo responsável, portanto, “pelas perdas de ímpeto das horas criadoras do Brasil. (10) A aspiração nacional para um efetivo desenvolvimento econômico foi estancada, visto que, experimentamos mais um crescimento econômico, numérico, quantitativo, do que mesmo um real desenvolvimento, expresso pelo bem-estar da população, e portanto, de ordem qualitativa.

Também as aspirações brasileiras para uma democracia ainda não se con-

cretizaram. O povo, realmente, jamais ascendeu ao poder. Por falta de liderança e porque a legislação — especialmente a eleitoral — inspirada pela classe dominante, não permite o acesso da massa ao poder. Com efeito, que democracia é o nosso país em que de mais de 71 milhões de habitantes, possui apenas cêrca de 20 milhões de eleitores? Nas últimas eleições presidenciais votaram apenas cêrca de treze milhões de pessoas, e sômente 6 milhões deram a vitória ao Sr. Jânio Quadros. Assim, mesmo numa definição rasteira de democracia baseada na ficção brasileira de eleições livres, apenas 10% do povo elege o govêrno e a forma de govêrno para os restantes 90%, pois que analfabetos, soldados e outras camadas do povo não votam mas têm as mesmas obrigações que a minoria de eleitores. E como considerar democracia o verdadeiro carnaval que se promove nas eleições, pressionando-se os eleitores na compra de votos, no subôrno de candidatos, na propaganda ridícula, na pressão do patrão — no campo e na cidade — sôbre o trabalhador, nas mentiras descaradas e na demagogia galopante? Na última eleição, cada deputado estadual gastou quantias entre 10 a 20 milhões de cruzeiros e cada deputado federal, o duplo. A campanha de senadores, governadores e presidentes da república ultrapassam a qualquer cálculo mas se aproximam os primeiros ao meio bilhão de cruzeiros, enquanto que os últimos compram suas eleições não sômente pelo dinheiro, mas pelo compromisso com grupos econômicos. As excessões são raras. A não ser por incrível distorção de raciocínio, pode-se afirmar que somos uma democracia on-

de há eleições livres. Elegem-se, no Brasil, aquêles que têm dinheiro, e êstes são os detentores do poder econômico e formam a minoritária classe explorada do povo e jamais poderiam fazer qualquer coisa pelo povo pois estão em aguda contradição com êle. Assim, não tem sentido se falar em nossas tradições democráticas, pois, nunca as tivemos. Apenas, aspirações para uma democracia efetiva.

Outra ficção imposta ao povo brasileiro pela oligarquia reinante, é a definição de democracia pela pluralidade dos partidos políticos. Na realidade, porém, as características dos partidos políticos majoritários são idênticas e apenas duas: a indecisão e o acôrdo. Não perceberam que os conflitos políticos não interessam mais ao povo — o importante, agora, são os problemas sociais e econômicos. Os partidos apenas se debatem pela manutenção do “statu quo” que não interessa ao povo. Nos grandes momentos históricos ficaram constatadas as suas semelhanças, as suas ligações com o passado, os seus acôrdos, demonstrando-se que êles são apenas um só partido, com uma só ideologia que é a mesma do poder econômico.

“O P.S.D. sempre foi um partido oligárquico, ligado ao campo. A U.D.N. volta-se, instintivamente para o passado (e está ligada aos banqueiros e à burguesia industrial e comercial); ambos estão alarmados com a extensão e a rapidez do crescimento brasileiro que independem dêles: o PTB, especialmente urbano, parece desejar transformar o movimento trabalhista numa fôrça conservadora e burocrática”. (11) Dos três grandes partidos, o P.S.D. ape-

nas se interessa em preservar o “statu quo”; a U.D.N. não se ajusta às novas situações; o P.T.B. procura tapar a legitimidade histórica do movimento trabalhista, aliando-se, portanto, à classe dominante, sendo que, no entanto, é o mais progressista, vez que, pelo menos, apresenta-se como nacionalista. Seu socialismo, porém, não passa de mero oportunismo.

Os demais partidos apenas sobrevivem nas costumeiras coligações eleitorais, excetuando-se apenas o P. S. B., onde um pequeno grupo de elite intelectual e operária, formulando tímidamente conceitos socialistas não conseguem impressionar as massas. Resta o P.C.B. colocado na ilegalidade. Talvez seja êle o único partido político que defendeu, de forma confusa, às vêzes, reivindicações verdadeiramente populares. Mas nasceu e se criou com o defeito básico de não querer entender a realidade do povo brasileiro, transformando-se mais numa seita, quase mística. Atualmente, o P.C.B. limita-se a combater o imperialismo — o que é louvável — mas não é original, e a en-deusar o socialismo soviético sem procurar traçar planos para a aplicação do socialismo no Brasil, dentro de nossas próprias características e aspirações. Como partido não existe, como ideologia precisa depurar-se e ajustar-se.

Êsse quadro mostra uma situação partidária bastante confusa, aparentemente equacionada em duas tomadas de posição não ideológicas: nacionalismo e entreguismo. E nelas colocam-se todos os parlamentares, indiferentemente de suas filiações partidárias, ao sabor de seus interêsses circunstanciais. O nacionalismo, assim, não se enqua-

dra em moldes partidários. Seus inimigos e defensores são encontrados em todos ou quase todos os partidos. Alguns tímidos, escondidos, outros ostensivos e agressivos.

Ora, mesmo que as forças políticas brasileiras se dividissem em dois partidos apenas, um entreguista, outro nacionalista, essa bilateralidade não representaria ainda uma democracia pois, as bases dos problemas brasileiros não são conjunturais, mas estruturais, e nenhum dêles pretende, coerentemente, representar o pensamento popular porque não foram eleitos pelo povo, mas pelo poder econômico que corrompeu, de uma maneira ou de outra, 20% da população brasileira.

Parece ser, na classe média, que se enquadra, em linhas gerais, o problema do protestantismo no Brasil. Chegando há mais de um século, tem sido testemunha de diversas transformações sociais, mas pouco ou nada tem influido na vida brasileira. É certo que o seu tipo de cristianismo chocava-se frontalmente com a mentalidade do Brasil do século XIX e comêços do nosso século; mentalidade transfigurante do real e, portanto, imagística e ritualista de tipo católico. Mas, pouco a pouco, elementos da classe média nascente e burguesia em ascensão aceitaram a mensagem protestante e já, nesse tempo, certamente, a sociedade urbana nacional era muito mais aberta ao mundo. E de maneira alguma são estranhos ao problema os ideais republicanos e as transformações sócio-econômicas ocorridas.

O protestantismo apresentou-se, no Brasil, com, pelo menos, duas características que vão acompanhá-lo em sua história. Primeiro, era transmitido pela

América do Norte; segundo vinha com uma roupagem de classe média e, portanto, normalmente se dirigiu à classe média brasileira.

A cultura norte-americana, não é preciso insistir, teve seus elementos formativos completamente estranhos ao Brasil. Assim, o pioneiro americano, com seu caráter individualista e agressivo perante o meio que encontrara, fazia com que êle procurasse transformar a realidade e não transformar-se com ela. Ao contrário, os nossos povoadores, através das bandeiras e das entradas, encontravam o sertão e, alterando-se com êle, criaram um tipo humano completamente nôvo. Capacidade de transformação e adaptação que o norte-europeu não demonstrou e a que foi sensível o português, o africano ou mesmo o espanhol. Além disso, o conceito de moralidade puritana, levado pelos primeiros colonizadores para o Nôvo Mundo, ajudou fortemente a forjar o caráter do povo norte-americano, enquanto que a moral brasileira sempre foi, e continua sendo mais um conceito e uma prática retirada diretamente da natureza ajudada pela sensibilidade para o acôrdo de que deram mostras os jesuítas, nossos primeiros moralistas. Por outro lado, marcante nas origens protestantes brasileiras, é que elas constituíram, ao longo dos últimos cem anos, um reflexo da predominância econômica americana no hemisfério. Assim, aliada ao espírito pioneirístico, tão bem sucedido na grande planície e no faroeste, os primeiros missionários lançaram-se à nova conquista desconhecendo quase que completamente o solo e as gentes com que se encontrariam no Brasil. É certo que já houvera, em tempos coloniais,

experiências protestantes através de europeus — holandeses e franceses; ligadas, contudo, a interesses de conquista não sobreviveram à expulsão de seus introdutores.

O outro fator ou característica sociológica anotada é que a mensagem protestante, chegando ao Brasil — em 1819, os anglicanos, em 1836, os metodistas, os luteranos em 1845, os congregacionais em 1858, os presbiterianos em 1862, os batistas em 1882 e os episcopais em 1890 — encontrou o mesmo tipo de classe a que pertenciam seus primeiros pregadores ainda em formação e, portanto, fraca para, em recebendo uma doutrina nova, assimilar e reinterpretá-la brasileiramente. A classe média brasileira apenas se iniciava no cenário social da época. De qualquer maneira não deixa de ser importante a obra cultural que essas primeiras missões prestaram ao Brasil, especialmente no campo educacional, onde se destacaram os metodistas e presbiterianos e mais tarde os batistas, fundando colégios e até mesmo universidades e incentivando a leitura, através da Bíblia, entre os seus adeptos. Notáveis, por exemplo, dentro de um sistema educacional deficientíssimo como era o nosso, foram as iniciativas protestantes na literatura didática com trabalhos ainda hoje lembrados como as gramáticas de Júlio Ribeiro e Carlos Eduardo Pereira, a aritmética e a álgebra de Trajano ou os livros de leitura de Erasmo Braga. (12)

Mas, não houve, nem ainda há, o que se poderia chamar de um pensamento protestante no Brasil que, assimilando a doutrina evangélica, pudesse renová-la e interpretá-la de um ponto de vista

autenticamente brasileiro, como existe na América do Norte, ou na Europa com um Ernst Troeltsch ou um Karl Barth. À primeira vista, pode parecer exdrúxula a hipótese formulada, pois, o Evangelho deve ser o mesmo em qualquer lugar. Isso, contudo, não representa toda a realidade. Não há doutrina, não há mensagem que não sofra reinterpretações, ou novas visões, e sempre elas serão realizadas dentro de um contexto histórico social uniforme. Pensamento protestante brasileiro inexistente que já era reclamado por Gilberto Freyre, em conferência pronunciada em recente congresso evangélico no Recife. Pensamento protestante nativo, ainda, que produzisse uma visão própria de nossa história, de nossa sociedade. Ou mesmo interpretação artística da realidade brasileira. E não se pode considerar — até mesmo com extrema boa vontade — como pensamento ou como arte poética o que se escreve nos jornais e nas revistas evangélicas, como no caso do “Jornal Batista”, ou nas letras e músicas que se cantam nos hinos religiosos, ou nas chamadas poesias sacras. A prosa é geralmente alienada, quando não contraditória, e os versos não passam de má imitação da poesia parnasiana, ou, quando feitas para o canto, geralmente vulgares e sentimentalistas acompanhadas por músicas do folclore norte-americano.

É que parece ter sido, no Brasil, o protestantismo melhor assimilado por uma classe vacilante que não cumpriu devidamente o seu papel histórico como foi a classe média, não considerando a pouca influência exercida pelo proletariado urbano e rural, pelo menos até 1930. Assim, acompanhando a menta-

lidade da pequena burguesia, os evangélicos brasileiros têm se limitado a um proselitismo baseado na indignação ante a corrupção da sociedade e do indivíduo, tornando-se, interna e externamente, uma doutrina guardadora da moral. Pregação moral, diga-se de passagem, baseada muito no verbo, na palavra, e pouco nas ações, desde que alienada do que tem de brasileiro o nosso povo. Ainda não se tornou independente a pregação evangélica no Brasil, especialmente os Batistas, daquêle puritanismo tão ao gôsto dos ingleses e herdado pelos norte-americanos. Puritanismo, de resto, quase que concentrado na contenção verbal e particularmente na pureza sexual.

Do puritanismo anglo-saxão, originou-se, em parte, a teoria do sucesso econômico, praticado e pregado pelo capitalismo americano, e representado na pregação religiosa pela doutrina da "bênção material". Com tais intenções e métodos, poder-se-ia afirmar que o protestantismo tem se revelado insistente e enfaticamente didático, no sentido de aplicar a mensagem da Bíblia, às vezes exageradamente são-paulina, utilizando pontos de vistas estáticos e arcaicos, a uma realidade brasileira em vertiginosa mutação. Praticamente, não mudaram as características dos sermões e das lições da Escola Dominical, ensinados pelos primeiros missionários. Com apêlos extremamente sentimentalistas, dir-se-ia quase demagógicos, que podem sensibilizar momentaneamente o ouvinte menos culto, mas que sensibilizando-o não o penetra integralmente, porque não o humaniza, quer dizer não se incorpora a sua realidade. Essa pregação foi realmente eficaz, em épocas ante-

riores, quando o tipo de nossa educação era inteiramente voltado para o academicismo verbal, mas que hoje, até mesmo em atividades menos nobres está se desmoralizando progressivamente. Pregação dirigida para um determinado público composto por uma classe ainda não consciente, e portanto, não crítica, como foi e continua sendo, em parte, o proletariado, por uma classe média desorientada e desajustada e pela juventude adolescente, ainda, mentalmente imatura. A época dos oradores e dos tribunos está em declínio.

Por outro lado, os evangélicos enclausuraram-se em suas doutrinas e sua fé e passaram a considerar o mundo exterior como inimigo constante que se havia de combater, alienando-se como indivíduos, membros da sociedade, com a obrigação e o dever de interferir nas decisões sociais. Aqui, aliás, apresenta-se uma grande contradição. Ao mesmo tempo em que acreditam ser o sal da terra, escondem-se em momentos decisivos em que é necessário salgar a sociedade. E escondem-se porque não podem se descobrir, porque não se fez pensamento a sua mensagem, ainda não se teorizou socialmente. Houve, é certo, causas dêsse se esconder por detrás de frases. A principal delas é a não compreensão exata do humanismo cristão que, em exigindo uma adesão individual e pessoal, requer também uma participação coletiva. Tentou purificar-se, internamente, o evangélico brasileiro através de uma postura puritana, frequentemente falsa e farisaica, que se caracterizou pelo abandono completo da participação crítica. E deixando de se criticizar, permaneceu estático, mediotamente contemplativo. A única pro-

va crítica que tinha de sua identificação com o Cristo era a linguagem adocicada, moralizante, separatista, pois ao considerar-se salvo também se considera santificado, no sentido literal da palavra, isto é, separado. Isso conduz, também, a uma virtude absenteísta e passiva, refletida na moral da inibição. Mas, intimamente, não pode fugir ao que a realidade lhe empurra. Também constata que a sua tranquilidade espiritual, recebendo a aprovação de Deus, deveria fazê-lo progredir na vida material. E aqui surge nova contradição, pois a vida material não se apresenta para todos de igual forma, como seria de esperar. Quando o crente progride, coloca, imediatamente, em seu estabelecimento a conhecida frase bíblica: "Até aqui nos ajudou o Senhor", como se o Senhor ajudasse a uns e não ajudasse a outros, como se uns tivessem nascido para servir e outros para senhores. É a pura mercantilização do sentimento religioso. A contradição é resolvida, no entanto, pelos "vasos de bênçãos", desta vez apenas espirituais e pela esperança do gozo eterno. Transforma-se, praticamente, o evangelho numa mensagem compensatória, em que se não alcançarmos o prêmio na terra, alcançá-lo-emos, de qualquer modo, redobrado na eternidade. E, conseqüentemente, como doutrina de ação, como humanismo, desaparece.

Mas o evangélico, o crente, pretende ser também um soldado, um revolucionário, como Cristo o foi, e para isso, precisa antes colocar seu interior de acôrdo com o exterior, porquanto, do contrário, não passará de mero D. Qui-xote, imaginando batalhas, sem que delas participe.

A realidade, porém, é que o meio evangélico no Brasil talvez seja o maior baluarte do conservadorismo e do reacionarismo dentro de nosso momento histórico. Até mesmo a Igreja Católica, inteligentemente, e por ação de alguns de seus mais avançados representantes, está tentando se ajustar à transformação e começa a pregar as reformas nacionais de estrutura.

Aparentemente, talvez, dois motivos principais expliquem o fato. Primeiro, o evangélico não reconhece, ou não pressente relação alguma com o caso, a necessidade de se investigar e denunciar as verdadeiras intenções americanas para com o Brasil e a atuação da economia capitalista, muitas vezes por gratidão e por delicadeza para com os missionários estrangeiros. Segundo, seu acentuado radicalismo religioso, ao ponto de fazer gravitar todos os problemas sociais em dois focos principais: a conduta religiosa individual do homem e as relações entre as duas categorias morais — o prêmio e a recompensa.

Em realidade, não participa da luta pela transformação da sociedade brasileira porque aprendeu a desviar seus olhos para uma pseudo-realidade, para um suposto problema, vale dizer, aprendeu a considerar o pecado individual como produtor dos males sociais e por isso tenta alcançar, primeiro, o indivíduo relegando a papel secundário e social, identificando-se quase com a doutrina do rearmamento moral que vê a necessidade de virtudes individuais absolutas, justamente porque, não quer ver o relativismo dos atos humanos. Os males sociais não existem por si mesmos, porque nada, no homem, se cria no vácuo. Tudo tem causas, e elas são

mais complexas do que parecem. A transformação pessoal ou a conversão, para usar termo bíblico, quando não criticamente realizada, torna-se estática, mediatiza-se, porque basta-se numa atitude individualista. Quando crítica, ela também se altera, e se dirige de encontro ao outro, quer dizer, ela torna-se revolucionária, no sentido de querer transformar uma realidade que lhe é a si e ao outro insuportável, procurando descobrir as causas, pois, eliminando-as, não sobreviverão os efeitos.

Assim, é particularmente curioso, constatar a atitude do protestante brasileiro, que, sofrendo ou dizendo sofrer uma revolução interior e pessoal, não percebe a necessidade de uma transformação também da sociedade, ou, se percebe, procura executá-la por métodos subjetivos e não sociais. O que é mais importante, despreza a ciência sob o pretexto de que o conhecimento científico não representa uma verdade imutável e, portanto, indigna de confiança; e não usando o método científico, considera que o mesmo tipo de conversão por êle experimentado também o deveria ser pela sociedade. Por incrível que pareça, falta-lhe ainda a consciência da distinção entre as duas realidades: a subjetiva e a objetiva, o individual e o social. E por isso pouco lhe importa quais as causas materiais que determinam o tipo de sociedade em que vive, apesar de considerá-la injusta e em crise. E por não se interessar pelas causas, passa a ver a sociedade atual como normal. Uma normalidade da anormalidade. É, contraditoriamente, uma mentalidade inteiramente materialista e alienada pois o social não é soma nem produto de par-

celas individuais, mas um complexo conjunto orgânico de relações que não brotam do indivíduo, mas sim do próprio movimento em que espírito e matéria estão envolvidos.

Parece-me que é a juventude a parte da comunidade evangélica mais sensível a essas contradições internas e externas do meio protestante brasileiro. Geralmente, ela toma dois caminhos. O primeiro, mais fácil, é o caminho da fuga, do desinteresse, desde que não encontra possibilidades de realização social no fechado círculo evangélico. Fuga passiva, acrescente-se, porque ou permanece nas igrejas, como meros assistentes e repetidores de frases, não acreditando em seu conteúdo, ou simplesmente, deixam-nas, indiferenciando-se com a vida comum, perdendo o próprio significado de sua fuga. O outro caminho é o mais árduo. O jovem procura lutar contra o conservantismo e a estagnação dentro das próprias igrejas e, por isso, são chamados de rebeldes ou de comunistas, quando sua atuação crítica incide nos problemas sociais econômicos e políticos. Quando, justamente, se rebelam com a passividade e a conivência do silêncio protestante no Brasil; quando lutam contra os donos das igrejas que oram e pregam sermões piedosos, mas que compactuam com a oligarquia reinante na exploração do trabalhador e na corrupção do sistema econômico-social, quando se revoltam com frases bíblicas apostas em grandes empórios comerciais, ou quando vêm seus irmãos de mãos dadas com a classe dominante, combatendo as legítimas aspirações do povo.

Esses jovens são os que promovem congressos para se discutir problemas

sociais, são os que se envergonham da miséria do subdesenvolvimento e acreditam que não foi Deus que criou o mundo dessa forma para castigá-lo. Antes, procuram causas materiais — políticas, econômicas e sociais — da sociedade e tentam ajustar-se ao progresso humano para superar a crise capitalista atual. São os jovens que procuram revisar sua vida espiritual e por isso mesmo muitas vezes afastam-se das igrejas para melhor combater. E contra êles, disfarçada ou ostensivamente, voltam-se o desprezo e o pouco cristianismo da maioria, ou ainda, a pouca percepção dos novos tempos, de outros. “As muitas letras te confundem” ouvem constantemente. Mas, a história é irreversível e os jovens progressistas evangélicos aumentam cada vez mais em número.

Mas, o problema final. Como podemos resolver as contradições da realidade brasileira contemporânea. Atualmente, se discute um falso problema: se haverá ou não revolução, se é possível ou não evitá-la. Parece, contudo, que o verdadeiro problema é justamente, se investigar o modo como se fará a revolução brasileira, pois, ela é inevitável. Diria melhor, já estamos vivendo a revolução, pois a sua própria discussão e preocupação já indica um clima revolucionário. Revolução de libertação nacional que tomará, queiramos ou não, o caminho socialista.

Em 1963, apenas êste caminho libertará o povo brasileiro. Por várias razões. Não é mais possível um desenvolvimento econômico-social rápido, nos moldes capitalistas. Primeiro, porque não há mais áreas colonizáveis para as quais o jovem capitalismo pudesse se

voltar e, portanto, inexistente o pressuposto básico da acumulação inicial capitalista. Segundo, porque os mercados já estão preenchidos e nenhum país jovem, como o Brasil, poderia competir com os monopólios internacionais. Terceiro, porque, existindo a livre competição, o capitalismo tende para o monopólio. Com o monopólio, a riqueza fica concentrada nas mãos de uns poucos e a situação continuará a mesma. Quarto, porque a economia capitalista se baseia no lucro e não no consumo e, por isso, é materialista em sua essência, levando os homens a guerra pelo dinheiro. Quinto, porque o capitalismo é injusto. Todos os homens têm o direito de participar do que produzem e é desumano que o dono do capital se aproprie do resultado do trabalho, que deve ser uma riqueza social. Sexto, porque o capitalismo não permite que o trabalhador trabalhe o que é seu e para si — que é o mesmo que ser de todos e para todos. Não permite que êle seja integrado plenamente na sociedade humana, porque o transforma no objeto, invés de sujeito e titular do trabalho. Sétimo, porque o modelo de revolução capitalista oferece um desenvolvimento lento e desigual. O povo miserável do Brasil não pode esperar. O desenvolvimento lento gera também a instabilidade social e política e por isso contradiz aos benefícios visados. Oitavo, porque o desenvolvimento capitalista é desigual, não planejado e anti-científico e por isso cria áreas de tensões internas. Finalmente, porque o capitalismo é incapaz de extirpar a pobreza, o desemprego, a ociosidade e, portanto, os vícios e os crimes. “A sociedade capitalista, erigindo o dinheiro em valor

supremo, faz com que, na vida do homem, tudo desça à condição de mercadoria exposta à venda: o seu trabalho, a sua inteligência, a sua cultura. É por isto que a sociedade capitalista termina sempre por levar à frustração os nossos ideais mais íntimos, prostituindo os nossos sentimentos, corrompendo os nossos sonhos, degradando o homem e a mulher, embora muitas vezes ambos não tenham sequer a consciência dessa degradação". (13)

O Socialismo, ao contrário, estrutura-se numa economia planificada dirigida para o consumo, através da propriedade social dos bens de produção. Eliminando o lucro, cessará a cobiça pessoal e a acumulação desproporcional da riqueza por parte de uma minoria. O Socialismo é um ideal humanista, porque coloca o homem no seu lugar devido, o de sujeito do trabalho, abolindo a exploração do homem pelo homem. Suprime a submissão salarial do trabalhador ao patrão, inexistindo, portanto, grupos privilegiados, porque todos são iguais, e se pedirá ao indivíduo aquilo que êle fôr capaz de produzir, e lhe será retribuído o resultado do seu trabalho. No Capitalismo apenas parte dos recursos humanos e materiais são empregados e, por isso, êle não atinge à tóda a sociedade. A economia socialista, ao contrário, promove o desenvolvimento social mediante o uso integral e rápido de todos os recursos. "Ao produzir-se a socialização dos meios de produção, liberam-se automaticamente ingentes recursos econômicos e financeiros que, até então, eram improdutivos nas mãos da burguesia, e a acumulação se faz mais rápida e mais fácil. Todos os setôres da produ-

ção social são colocados em interação e interdependência, fato que provoca a ascensão contínua, homogênea e rápida de tóda a economia". (14)

O sistema socialista apresenta-se plástico até o infinito. Justamente porque é baseado no método científico e representa uma etapa superior na história da humanidade. Assim, o Socialismo brasileiro teria de incorporar à sua forma democrática certas aspirações nacionais que sempre se mostraram permanentes em nosso meio, como o sistema federativo, como o presidencialismo, como o espírito religioso do povo.

O problema a ser discutido, portanto, será a forma, ou o processo revolucionário, se violento, isento de terror e do ódio, do trauma belicista, ou se tranquilo, se pacífico. É bem verdade que as perspectivas não são alentadoras para o salto não violento. Cabe à parte da população mais conscientizada e progressista tentar o método pacífico. Rápido; defendendo, hoje, as chamadas reformas de base, não como solução definitiva, por que elas são mais conjunturais do que estruturais; mas porque elas poderão, se transferidas às lideranças populares, como coisa sua, e não como doação espúria da oligarquia representada no Congresso, significar uma etapa para a radical transformação do Brasil. Etapa conscientizante das massas que poderão levá-las a eleger um congresso revolucionário que vote leis revolucionárias que estrutrem a nova sociedade brasileira. E, para terminar com Brecht, "já que as coisas estão assim, assim não permanecerão".

NOTAS

- 1 — Leôncio Basbaum — História Sincera da República — vol. 3. p. 259, Editora Edaglit, São Paulo, 1962.
- 2 — José Honório Rodrigues — Aspirações Nacionais — Interpretação Histórico-Política — p. 78, Editora Fulgôr, São Paulo, 1963.
- 3 — Leôncio Basbaum — op. cit., vol. 2, pp. 194 e 360.
- 4 — Recentemente, a imprensa nacional denunciou uma reunião de capitalistas americanos, que operam no Brasil, com o embaixador norte-americano, Sr. Lincoln Gordon, para discutir sobre as eleições presidenciais de 1965. As notícias afirmavam que as "simpatias" teriam recaído no Sr. Carlos Lacerda, tendo sido "queimado" o Sr. Juscelino Kubitschek. A embaixada ianque, evidentemente, negou a suposta reunião, mas o Sr. Juscelino levou o caso a sério e protestou, publicamente, contra esse tipo de interferência na vida política do país.
- 5 — Os principais dados estatísticos apresentados foram aproveitados da citada obra de Leôncio Basbaum, dos livros "Que é a Revolução Brasileira?" de Franklin de Oliveira e "321 Perguntas a um Brasileiro" de Herculano Neves (Editora Fulgôr, São Paulo, 2a. edição, 1962).
- 6 — Cfr. Álvaro Vieira Pinto — Porque os Ricos não fazem Greve? — Cadernos do Povo Brasileiro — Editora Civilização Brasileira, Rio, 1962.
- 7 — Celso Furtado — A Pré-Revolução Brasileira — p. 28 — Editora Fundo de Cultura, Rio, 1962.
- 8 — O Sr. Magalhães Pinto, Governador de Minas Gerais e banqueiro — informante insuspeito, portanto — afirmava no "Jornal do Brasil" de 27/7/1962 que cerca de 2 bilhões de dólares estão depositados por brasileiros no estrangeiro (Veja-se José Honório Rodrigues, op. cit., p. 121, nota ao pé da página).
- 9 — José Honório Rodrigues — op. cit., p. 196. Seguimos, em linhas gerais, a orientação de J.H.R. quanto à caracterização das classes sociais e do sistema político brasileiro.
- 10 — Ibidem — p. 115.
- 11 — Ibidem, ibidem — p. 21.
- 12 — Fernando de Azevedo — A Cultura Brasileira — p. 143, Edição do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Rio, 1943.
- 13 — Franklin de Oliveira — Que é a Revolução Brasileira? — p. 64 — Cadernos do Povo Brasileiro — Editora Civilização Brasileira, Rio, 1963.
- 14 — Ibidem — p. 85.

RÉSUMÉ

L'AUTEUR cherche dans ce travail à caractériser la société brésilienne actuelle et la position des divers groupements religieux protestants. Il part d'une proposition à peu près acceptée par la plus grande partie des auteurs brésiliens modernes à savoir que la société brésilienne se trouve dans une situation explosive. Les brésiliens conscients s'interrogent sur les raisons d'une situation à laquelle ils ne peuvent se conformer et désirent construire une société nouvelle. Ils discutent donc sur la solution la mieux adaptée au "climat" brésilien, à partir de deux thèses principales: le capitalisme (ou le néo-capitalisme) et le socialisme.

Pour l'Auteur la vie économique et sociale brésilienne se trouve emmêlée dans un ensemble de contradictions qui ont rendu plus aigüe la crise nationale, spécialement à partir de 1930. L'infrastructure économique du Brésil tant à l'intérieur que dans ses relations externes, est nettement de type colonialiste. La région sud du Brésil agit comme pôle d'attraction par rapport aux autres régions, et provoque un déséquilibre régional dans

la distribution des richesses. Extérieurement, le Brésil est dominé par l'impérialisme international au moyen du contrôle d'environ 80% de sa production industrielle. L'agriculture est asphyxiée par les "latifundia" improductifs et par des relations de production semi-esclavagistes et semi-féodales.

La classe dominante, composée des industriels, des commerçants urbains et des grands propriétaires, se trouve divisée. Les premiers refusent l'ingérence du capital étranger et acceptent quelques réformes. Les possesseurs de terres, par contre ne pensent qu'à maintenir le "status quo". Le prolétariat, lui, prend conscience rapidement de sa condition de classe exploitée; mais il présente aussi, des divisions sensibles. La classe ouvrière du sud du pays, mieux rémunérée, défend des positions réformistes alors que le paysan (60% de la population) est franchement révolutionnaire. La classe moyenne est indécise. Sa caractéristique paraît être l'indignation morale. Parfois elle est pour la classe dominante, parfois pour le prolé-

tariat. Actuellement, étant donné la hausse du cout de la vie, elle se prolétarise.

Pour l'Auteur, le pouvoir politique, au Brésil, est exercé par les groupements économiques les plus forts, qui établissent ainsi une oligarchie plutôt qu'une démocratie. Les analphabètes (la majorité des paysans et de la population), les soldats et les caporaux, ne votent pas. Le gouvernement est élu par à peine 10% de la population. Les partis politiques corrompent par l'argent et les "combines" leur faible corps électoral.

Ils n'ont aucun programme idéologique, excepté le P. S. B. (Parti Socialiste) et le P. C. B. (Parti Communiste) ce dernier illégal. Les représentants politiques, indépendamment de leur filiation partisane, ont adopté deux positions non idéologiques: nationalisme économique ou vénalité, selon les circonstances. Du fait du pluralisme des partis politiques et du système électoral l'opinion de la majorité populaire n'est pas représentée.

L'Auteur considère le protestantisme, au Brésil, comme un phénomène caractéristique de la classe moyenne. Il a été introduit, spécialement par les missionnaires américains — de la classe moyenne — parallèlement à la grande expansion "yankee" en Amérique Latine. Les missionnaires ont trouvé la classe moyenne brésilienne en formation, donc, in-

capable d'assimiler "en brésilienne" le message protestant. Acceptant la morale puritaine, caractérisée par la contention verbale et la pureté sexuelle, méprisant des points fondamentaux du génie brésilien, le protestantisme est resté étranger à la vie du pays. Aussi n'y a-t-il pas au Brésil de pensée protestante ou d'interprétation protestante de la société brésilienne. L'Auteur souligne également les contradictions du protestantisme par rapport au monde d'aujourd'hui, comme son manque d'esprit critique sa morale absentéiste, ses positions individualistes face aux problèmes sociaux. Il semble qu'une partie de la jeunesse protestante soit rebelle à ces positions; bien qu'étant vigoureusement combattue, prend des positions progressistes.

Conclusion: L'Auteur analyse les solutions capitalistes et socialistes. Quant à savoir si la révolution vient ou non c'est dit-il un faux problème. Le brésilien vit la révolution, et celle-ci, parcourt inévitablement le chemin socialiste. Le vrai problème consiste à savoir si la révolution sera pacifique ou sanglante. La première hypothèse dépend d'une alphabétisation accélérée et de la politisation des masses afin qu'elle puisse élire un Congrès révolutionnaire que vote des lois "avancées". Les "réformes de base", conclue l'Auteur, représentent une étape décisive pour la solution pacifique de la crise brésilienne.

ABSTRACT

AN ANALYSIS of present-day Brazilian society is tried by the author, in an attempt at describing the "status" held by Protestant groups in it. He starts from a statement more or less well accepted by most modern Brazilian writers, namely that Brazilian society is in a state of explosion. One should rather say implosion, because most Brazilians who are conscious of this fact ask themselves what the causes of this social movement could be. They not only refuse to accept them but show an intense craving to eliminate them and build a new society, while discussing the solutions that would seem best fit to the Brazilian political "climate". These solutions all center around two economical theses: capitalism (or neo-capitalism) and socialism.

The ruling class, made up of industrialists, businessmen and landowners, finds itself internally divided. The first ones refuse to accept foreign capital and seem to welcome a few reforms. The landowners are exclusively interested in maintaining the "status quo". The proletariat, in its turn, rapidly gains conscience of itself as an exploited classe. It is also internally divided. The labor force in the South of Brazil, being among other things, better paid, defends reformist positions, while at the same time the peasants (which account for 60% of the population of Brazil) take an openly revolutionary position in the political match. The

medium class simply hesitates. Its main characteristic seems to be moral indignation. It sometimes sides with the ruling class just to sweep over the opposite side in times of crisis. Presently, due to the soaring inflation that plagues Brazilian economy, the medium class is undergoing a continuous process of proletarianization.

To the author, Protestantism in Brazil is a strictly medium class phenomenon. It was introduced in this country mainly through the efforts of medium class American missionaries. The Brazilian medium class at the time of the yankee expansion into Latin America was not in a position to receive the Protestant message in what we might call a "Brazilian way". Accepting the Puritan morals, whose main traits were verbal abstention and sexual purity, and neglecting some peculiarities of the Brazilian temperament, Protestantism became gradually something foreign to Brazilian life. Accordingly, there is no such a thing in Brazil as a true Protestant thought or, for that matter, no true Protestant interpretation of Brazilian society. The author points to some contradiction in which Protestantism finds itself nowadays in Brazil, like its lack of a critical approach to some of our socio-economic problems, together with its absenteeist morals, its subjective and individualistic methods. To the author's mind, there seems to be something of a rebellion on the part of the younger Protestant generations against these facts.